

FÓRUM PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARANÁ

Ata da Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente

Aos três dias do mês de março de 2016, realizou-se, a partir das 9 horas, no Auditório da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em Curitiba, a Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Paraná. Estiveram presentes representantes das seguintes instituições: Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); Conselho Municipal de Educação de Curitiba; Conselho Estadual de Educação (CEE); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Universidade do Centro-Oeste (Unicentro); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); União dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime); APP Sindicato; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), assim como diretorias e departamentos da Secretaria de Estado da Educação. A Presidente, Secretária de Estado da Educação Professora Ana Seres, iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes, pedindo desculpas por não ter tido condições de estar presente a todas as reuniões e reiterando que a Professora Fabiana Campos, Superintendente da Educação, e o Professor Eziquiel Menta, responsável pela Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais, a têm representado muito bem. Informou aos presentes que não compareceu às reuniões do ano passado por compromissos profissionais. Trouxe dados de como funcionará o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Pnaic e informações sobre o Pibid. A Professora destacou que o MEC espera que os Estados também tomem a iniciativa por soluções para as novas formatações e funcionamentos, de modo que, se tivermos ideias e possibilidades, precisamos tomar decisões locais. Observou ainda que o Conselho Nacional de Secretários de Educação tem cobrado a continuidade desses progressos pedagógicos, e que o Estado e os municípios têm investido inclusive além da cota do Governo Federal. Em seguida, a Secretária Executiva, Professora Dolores Follador, saudou a todos e apresentou a pauta do dia. I. ATA: A Ata da reunião do dia 15 de dezembro de 2015 foi aprovada com as correções propostas anteriormente. II. INFORMES GERAIS: 1. Justificativas de ausência: Prof. Luiz Aparecido Alves de Souza, da IFPR; Prof. Pedro Paulo (UEL) e sua suplente Martha Aparecida Santana Marcondes; Prof.a. Maria Luisa Furlan Costa (UAB-UEM); Prof.a. Ana Paula Belomo Castanho Brochado (Uenp); Prof. Silvio Tadeu de Oliveira (Uenp); Prof. José Oto Konsen (UFFS); Prof.a. Glaucia Brito (UFPR) e sua suplente Ana Paula Padua Pires de Castro; Prof. Mário Cândido de Athayde Júnior (Unespar); Prof.a. Maria Aparecida Crissi Knuppel (Unicentro); Professoras Vanessa Gabrielle Woicolesco e Rejane Escoto Bueno (Unila). 2. Documentos sobre políticas de formação docente já encaminhados pelas IES federais: A Professora Dolores falou sobre a solicitação feita aos reitores das IES quanto à política de cada instituição para a formação de professores. Observou que apenas o Instituto Federal do Paraná e a Universidade Federal da Fronteira Sul atenderam, até o momento, à solicitação, protocolando documento relacionado. A Professora Sonia Ana justificou a não entrega da UTFPR. A Professora Dolores pediu o envio para podermos sistematizar



e pautar no Fórum o assunto. 3. Leitura do Ofício nº 05/2016-Progrades: O Professor Miguel Freitas Junior, da UEPG, que está à frente do Fórum Permanente de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Estaduais Públicas de Ensino Superior do Paraná – Progrades, comentou sobre a reunião realizada no Senado para tratar da reversão do corte previsto para os programas relacionados à formação de professores. Depois disso, fez a leitura do Ofício, destacando o pedido para que a Secretária de Educação, Professora Ana Seres, se engaje na defesa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. A Secretária afirmou não ter recebido o ofício, mas que o considera devidamente entregue. Salientou a importância do Pibid, e reiterou seu compromisso de defender sua continuidade. III. ASSUNTOS: 1. Censo: A Professora Dolores explicou aos presentes sobre a solicitação da Professora Saionara Bocalon, que apresentou a proposta e os encaminhamentos do Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inpe, mostrando dados no site do Inep e respondendo a perguntas dos presentes. Diante do interesse dos participantes, decidiu-se enviar a todos a planilha organizada pela Professora Saionara. A seguir, a Professora Dolores falou sobre o formulário disponibilizado no Portal Dia a Dia Educação para levantamento de temas que os profissionais da educação desejam que sejam abordados em futuros cursos de aperfeiçoamento. Passou a palavra ao Professor Eziquiel (DPTE) para que este apresentasse os resultados da pesquisa realizada junto a aproximadamente 20.000 profissionais da Rede. Ele explicou como o instrumento foi elaborado, e apresentou as impressões e conclusões a que chegara a Diretoria de Políticas e Tecnologias, a partir dos dados obtidos. Depois disso, o Professor respondeu a questões relacionadas a esses resultados, principalmente à compreensão da Seed sobre os temas propostos e também sobre quais eram as expectativas da Secretaria com relação à pesquisa feita e aos resultados. A Professora Walkíria Olegário Mazeto (APP Sindicato) observou que vivemos em uma sociedade policialesca e, em lugar de interpretarmos os dados da pesquisa em termos de culpa e responsabilidade pontual, é preciso estabelecer um padrão de interpretação mais amplo, que dê conta de todos os fatores que definem a dinâmica social. Reiterou que não há dúvida de que existe uma angústia na escola, mas a escola, por natureza, não é violenta. Pondera ainda que os motivos para a violência na escola perpassam uma série de outros temas. A Professora Fabiana (Sude) explicou que os temas propostos na pesquisa surgiram de conversas entre os grupos gestores, principalmente durante os debates relacionados à iniciativa “A escola livre de violência contra a mulher”. Por isso, explicou, a proposta de discutir a gestão de conflitos é que todos somos os envolvidos são, em alguma medida, geradores. O Professor Eziquiel concluiu que é preciso trabalhar também com metodologias para tratar o problema. Em seguida, a Professora Neide, da UEPG, falou sobre a iniciativa da universidade sobre os problemas que provocam a violência. Sugeriu à Seed que chame o Professor Nei, para que ele fale sobre sua tese, que abordou o tema em profundidade, e que inclusive prefeitos de outras cidades têm ido até a UEPG para conhecer a iniciativa e saber como tratar o tema nas escolas. A Professora continuou lembrando que o Portal EaD da UEPG está todo ele organizado com tecnologias assistivas. A Professora Maria Irene (UEL) apontou, com relação aos temas mencionados no relatório da pesquisa da Seed, que poderíamos ter um curso único envolvendo mediação de conflitos, organização do trabalho pedagógico a tecnologia, pois temos de pensar interdisciplinarmente,

N. R. T.
 [Handwritten signatures and initials in blue ink]

como sugere a Base Nacional. A seguir, a Professora Sonia Ana (UTFPR) comentou que é necessário e urgente tratar sobre a Lei do Bullying no contexto educacional. A Professora Nuria (UFPR) observou que a universidade está desenvolvendo um trabalho intenso de mediação de conflitos e que a formação de professores no curso EaD trabalhará com o tema cyberbullying. A Professora Roberlayne (Undime) apontou que é preciso saber o que, exatamente, as pessoas querem dizer com suas respostas à pesquisa realizada pela Seed e, a partir disso, pensar o que é macro e o que é micro. Do diagnóstico é preciso partir para um refinamento e para a ação dentro da escola. Observou ainda que este é o ano para trabalhar com as tecnologias educacionais e mobilidade e por isso, o celular, por exemplo, tem de ser usado, e não desligado. Acrescentou que é preciso realmente cruzar muitos dados, mas pensar em “cursões” não resolve, não traz resultados. É preciso rever o que fazer com as informações, num estudo conjunto, com planejamento feito por todas as instâncias juntas, para que isso gere mudanças reais que tenham reflexo na sala de aula. Observou ainda que a Rede Municipal de Educação está lançando um novo programa em que professores pensam juntos sobre o que é melhor fazer. O Professor Eziquiel ponderou sobre a importância do Fórum, e reiterou que é o início de uma ação. A Professora Fabiana lembrou que os desafios são particulares, mas deve haver colaboração, trabalho em conjunto. Em seguida, manifestou-se contrariamente às observações negativas feitas pelo Sr. Marcos Meier, em entrevista a uma rede de televisão, com relação à qualidade do trabalho e dos profissionais da Rede Pública Paranaense. O Professor Miguel apontou que a universidade também está envolvida e preocupada com a demanda de formação de professores da educação básica, e é preciso que todas as instâncias trabalhem juntas. A Professora Angela (UEL) citou que é preciso pensar sobre a certificação dos profissionais envolvidos. A Professora Fabiana sugeriu a criação de um grupo de trabalho sobre essa temática. O Professor Mário Pederneiras destacou que é preciso discutir como temos interagido nessa questão, que não é isolada. É preciso considerar as diferentes concepções de conflito, e por isso o fórum precisa definir quais serão os frutos dessas discussões. Os projetos de cada instituição poderiam ser relacionados e, numa dinâmica articuladora, o fórum poderia discutir que compromissos cada instância poderia assumir quanto ao tema, numa efetiva política para o Estado. Essa ação poderia somar resultados para que, assim, a sociedade possa dar um salto real na direção da superação dos problemas. Em seguida, o Professor Eziquiel sugeriu que isso seja discutido na próxima reunião do Fórum.

2. Formação continuada dos/as trabalhadores/as em educação da rede pública: A Professora Walkiria (APP) afirmou que temos condição de fazer um programa integrado de formação continuada dos profissionais da educação. Observou que a Unespar fez formação continuada em conjunto com o NRE durante quatro anos, e que todos os sujeitos escolares têm que passar por esse processo de formação. Acrescentou que a formação deve ser integrada e também é necessário haver uma formação específica, por disciplina. Se for para montar um grupo de trabalho ou outra ação, é preciso que isso seja feito em conjunto com as IES. A Professora Neide (UEPG) observou que, no passado, o governo formou uma rede nacional de formação continuada de professores. Isso foi muito bem implementado à época, e deu origem a várias ações efetivas. Por isso, é preciso trazer as IES à discussão.

3. Plano Nacional de Educação: A Professora Maria Irene (UEL) sugeriu a elaboração de um cronograma unificado de ações para a formação dos profissionais da Educação

de ações para a formação dos profissionais da Educação

Básica. Propôs a realização de cursos mais propositivos, arregaçar as mangas para que o professor saiba o que fazer da teoria em sala de aula. Fez uma retomada do histórico de programas e ações em todos os níveis, desde 2012, voltados para a formação dos professores – incluindo Programa de Consolidação de Licenciaturas, Parfor, Sistema UAB, Pronacampo e outros. A ideia de pautar o PEE é por conta da Política Nacional de Formação, que está em construção. O Fórum precisa antecipar-se na construção de uma Política Estadual. Em seguida, a professora Lilian (Unioeste) leu a minuta da PNFPEB em seu capítulo II seção 1ª, e afirmou que esse é o *locus* para desenharmos a Política Estadual de Formação de Professores da Educação Básica. A Professora Maria Irene (UEL) lembrou que já houve antes o início de um grupo de trabalho sobre formação continuada, e que não podemos ter um eterno começo de iniciativas. Sugeriu, então, a construção de um panorama de ações em um documento único sobre a formação de professores. A Professora Angela (UEL) afirmou que talvez precisemos, antes da formação de um grupo de trabalho, que cada representação tenha um tempo para analisar o diagnóstico, considerando três dimensões – do professor universitário, do licenciando e do professor de educação básica – e observando que ações cada IES já desenvolve. Lembrou que o primeiro seminário do Fórum fez um mapeamento das ações no Estado, e que, a partir disso, poderíamos realizar um segundo seminário do Fórum, que defina uma ação unificada. O Professor Mário Pederneiras (UFPR) lembrou que não foram implementadas as recomendações, e que o fórum propôs que isso fosse discutido em caráter regional. A Professora Lilian vislumbrou para as IES um cenário complicado por conta dos cortes de custeio e, por isso, em lugar de um seminário (que demandaria custo), sugeriu que toda a discussão seja feita numa reunião do próprio Fórum. Diante disso, a Professora Lilian reiterou que o Fórum precisa ser fortalecido, pois é a instância legítima de proposição de políticas. Sugeriu que as discussões seguintes sejam feitas numa reunião que dure o dia todo, com pauta pela manhã e discussões à tarde. O Professor Mário sugeriu que as políticas de cada representação sejam sintonizadas. Em seguida, a Professora Fabiana lembrou que participará de uma reunião na semana seguinte sobre o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. A Professora propôs que se debata sobre o desvirtuamento que aconteceu da proposta inicial do Programa, e que o PDE entre nas discussões do Fórum, já que é uma parceria entre a Seed e as IES. A Professora Maria Irene recuperou como foi essa relação ao longo dos anos. O coletivo demonstrou apoio à proposta da inclusão. O Professor Eziquiel lembrou que, em conversa com o Banco Mundial, estamos tentando financiamento para cinco dimensões. O Professor Maurício lembrou que na Uenp, havia uma confusão sobre a ligação entre o PDE e a universidade, que havia dificuldades sobre a compreensão, informação, relação com os NREs etc. A Professora Fabiana acrescentou que quer trazer para o Fórum essa discussão inclusive para saber os cursos que as IES podem oferecer, e que quer rever o PDE, nesse debate em parceria. A Professora Maria Irene (UEL) lembrou que, quando o PDE surgiu, isso foi feito em parceria com as IES. O Professor Mário observou que devemos formular um histórico com todas as contribuições já feitas, para efeito de registro, análise e aprofundamento da discussão a fim de, se necessário, implementar mudanças ou mesmo definir pela extinção, decisões a serem adotadas após análise sistematizada do programa. A Professora Nuria lembrou que é preciso haver registro das ações realizadas, até mesmo para proteger legalmente o professor-orientador. É preciso

para proteger legalmente o professor-orientador. É preciso

